

Pareceres têm que ser entregues hoje

Os relatores das oito comissões temáticas da Constituinte têm prazo até hoje para entregar os seus pareceres. Amanhã, deverão estar impressos os avulsos com esses pareceres. Os avulsos serão distribuídos aos constituintes, para que estes façam uma primeira avaliação, e, eventualmente, se decidam a apresentar novas emendas. O prazo para a apresentação de emendas vai de segunda a terça-feira. Essas 48 horas não estavam previstas inicialmente no regimento interno da Constituinte, mas foram concedidas por decisão do presidente

Ulysses Guimarães, a pedido dos partidos. Na próxima quarta-feira, os relatores das comissões vão ter que apresentar um novo parecer (ou substitutivo), com base nas emendas eventualmente recebidas na segunda e na terça. A quinta e a sexta-feira estão reservadas para a votação dos pareceres ou substitutivos. No próximo sábado, finalmente, cada comissão terá de encaminhar, devidamente votado o respectivo parecer, transformado em anteprojeto, à Comissão de Sistematização da Constituinte. A Sistematização vai

receber oito anteprojetos e fazer a compatibilização deles, de modo que disso resulte um só anteprojeto de Constituição. As votações da próxima semana, no âmbito das comissões, poderão ser mais difíceis do que aquelas que aconteceram nas subcomissões. Há uma tendência de radicalização ideológica, principalmente em torno de propostas rejeitadas na primeira fase, e há um detalhe importante nas comissões: todas as deliberações são adotadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta (metade mais um) de seus membros.



O senador Paulo Bisol, ao divulgar seu anteprojeto, mostrou-se disposto a enfrentar os conservadores

Comissão da Ordem Econômica

Severo tangencia reserva de mercado e imóvel rural

Numa tentativa de agradar a gregos e a troianos, o anteprojeto preliminar que o senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica, entregará hoje aos constituintes e à imprensa tangenciou questões polêmicas, como a reserva de mercado para a informática e a limitação dos imóveis rurais.



Severo Gomes

Ainda no capítulo da intervenção do Estado na economia, o relator deixa em aberto a possibilidade do Governo de criar novas empresas estatais, sem prévia autorização pelo Congresso Nacional, reivindicação da maioria dos constituintes da Comissão da Ordem Econômica.

O monopólio estatal do petróleo permanecerá tal e qual foi proposto no projeto rejeitado do relator Virgíldasio de Senna, da Subcomissão de Princípios Gerais. Além da pesquisa e da lavra, ficam monopolizados também as fases de refino, processamento, importação e transporte marítimo. O gás natural e os minérios nucleares também ficarão sob a tutela do governo.

No capítulo sobre exploração de jazidas minerais, o relator incluiu a criação de um Fundo de Exaustão para os Estados e Municípios onde ocorrerem as explorações.

As jazidas, porém, que pertencem à União, só serão concedidas através de contratos, por tempo determinado e não mais por concessões isentas de caducidade. Esses contratos só poderão ser autorizados para as empresas brasileiras, e para o caso de reservas em faixas de fronteira ou em terras indígenas. As explorações também poderão ficar a cargo de empresas públicas.

to constitucional aprovado na Subcomissão de Princípios Gerais. Será considerada nacional, para receber incentivos e subsídios, a empresa cujo controle de capital pertença a brasileiros, constituída e com sede no País. Ela receberá também do Poder Público tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços.

A maior discussão que o anteprojeto deverá causar é com relação ao papel do Estado na economia. No trabalho do senador Severo Gomes, o Estado poderá intervir de forma direta nocalpitada das empresas. Na opinião do deputado Dilson Machado (PFL-MG), esse artigo presunção um poder de arbítrio do Estado ilimitado. "Ficou pior do que estava".

Para evitar um confronto direto com a ala progressista, defensora da Reforma Agrária, Severo Gomes incluiu o direito pelo Estado de se imitar imediatamente na posse do imóvel rural desapropriado. Os proprietários poderão, no entanto, recorrer da decisão e serem ressarcidos em dinheiro, e não em título da dívida agrária, caso as desapropriações pelo Incra sejam feitas em imóveis produtivos.

A questão do conceito da empresa nacional ficou definida de forma mais clara do que no texto

Comissão da Ordem Social

Estabilidade no emprego, a proposta mais polêmica

Ganhos reais na remuneração ao trabalhador e uma vida melhor à sociedade como um todo por via da seguridade social foram as principais propostas apresentadas pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel, ao relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes, em reunião realizada na residência do senador Mário Covas, ontem à noite.

A reunião, que teve por objetivo homogeneizar as divergências entre as duas comissões, levou o senador Almir Gabriel a se reunir durante toda a tarde com os constituintes ligados aos direitos trabalhistas na busca de um entendimento comum em torno das propostas mais polêmicas, dentre as quais se destaca a estabilidade no emprego, responsável pela maioria das emendas apresentadas aos anteprojetos das Subcomissões dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

A estabilidade no emprego, da forma como foi apresentada no anteprojeto da subcomissão, levou o relator Almir Gabriel a incluir no seu relatório emenda derrotada pelos progressistas da Comissão. O anteprojeto da subcomissão que "garantia estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente, facultado o contrato de 90 dias", excluiu os contratos não superiores a dois anos de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo de atividade empresarial de caráter transitório ou contrato de trabalho que não exceda 90 dias, e os contratos para serviço de natureza não econômica a pessoa e à família, de acordo com as emendas acatadas pelo relator da Comissão da Ordem Social.

De acordo com o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), as duas principais propostas de sua comissão no que diz respeito à estabilidade implicam na redução da produção interna brasileira, um dos pontos de divergência entre as duas comissões. Outra questão a ser consi-

derada, segundo o relator da Ordem Social, é a fonte de recursos para garantir ao trabalhador uma remuneração justa e uma vida mais digna à sociedade como um todo. Antes da reunião com o colega da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes, Almir demonstrou-se confiante na compatibilização com a Comissão da Ordem Econômica das propostas constantes do esboço do relatório da Ordem Social, ponderando que a homogeneidade haveria de existir, partindo do princípio de que ambos pertencem ao mesmo partido.

Para alguns componentes da comissão, a aprovação da proposta constante do relatório do senador Almir será aprovada com relativa tranquilidade, principalmente porque a estabilidade por um ano provocaria inevitavelmente demissões aos 11 meses de trabalho.

O relatório, num segundo esboço, deverá ficar pronto ainda hoje, mas dificilmente antes das 16 horas, segundo o senador.

Comissão da Família, Esportes, Educação, Cultura, Menor, Idoso, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Artur da Távola faz apelo contra a radicalização

O relator da Comissão da Família, Esportes, Educação, Cultura, Menor, Idoso, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola, fez ontem um apelo aos 63 integrantes do órgão para que desarmem os espíritos e evitem a radicalização, tendo em vista o número de pontos polêmicos que serão abordados em seu trabalho versando sobre os 11 temas que a comissão examina. Envolvido com o exame de 1.047 emendas apresentadas na comissão até quarta-feira, es-

premiado pela falta de tempo, pois seu prazo esgota-se segunda-feira. Artur da Távola demonstrou preocupação com as posições de confronto que pode provocar em seu parecer. Ele acha que a Comissão não pode se deixar mover pelo velho maniqueísmo da direita ou da esquerda e por isso considera indispensável que o PFL e o PMDB não adotem radicalismos. O deputado, contudo, não adiantou os pontos principais do trabalho que está realizando, por questões éticas, segundo

alegou. Nem o PFL pode cair no reacionarismo nem o PMDB pode se deixar levar para o confronto, disse Artur da Távola, que há alguns dias trocou o gabinete de deputado por uma sala do Prodasen — Serviço de Processamento de Dados do Senado — onde se vale dos recursos da informática para apressar o trabalho, que ainda terá mais uma fase de emendas antes de ir a votação em plenário da comissão, a partir da próxima quinta-feira.

Reunião de relatores une o PMDB

Combater o estrabismo do partido na Assembleia Nacional Constituinte — uns olham para a direita e outros para a esquerda — é o principal objetivo da reunião que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o seu líder na Constituinte, Mário Covas, estão realizando com os relatores das comissões temáticas.

Eles tentarão, durante este final de semana, encontrar um caminho que sirva de diretriz aos constituintes peemedebistas, de forma a evitar o que aconteceu em algumas subcomissões: avanços impossíveis de ser mantidos e recuos difíceis de admitir em um partido com a história do PMDB.

Ulysses e Covas, que ontem à noite reuniram os relatores das Comissões da Ordem Econômica e da Ordem Social, respectivamente senador Severo Gomes e deputado Almir Gabriel, vão passar o sábado e o domingo discutindo com os demais relatores a situação de cada comissão temática, especialmente os pontos mais polêmicos.

A reunião de hoje será na casa do deputado Ulysses Guimarães, e, a exemplo das outras, contará com a participação dos líderes do partido no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, dos vice-líderes na Constituinte, e dos assessores jurídicos de Ulysses e Covas.

O deputado Antônio Perosa, que participa das reuniões como vice-líder, resumiu assim o andamento dos encontros com os relatores: cada relator apresenta um parecer sobre sua comissão temática, especialmente no que diz respeito aos pontos polêmicos; depois, os participantes da reunião, um de cada vez, se manifestam; finalmente, o debate, a negociação em torno dos temas mais difíceis.

Para o senador Mário Covas, os maiores problemas serão enfrentados na área de tributos, cuja comissão tem como relator o deputado José Serra. Ele observa que "já não existe partido, não existe nada, o que vale são os interesses regionais".

Quanto à reforma agrária, o líder do PMDB na Constituinte acha que "não se pode votar nada a quem do Estatuto da Terra".

Constituição será liberal, diz Aluizio

Natal — Mantenho a mesma opinião sobre a futura Constituição do Brasil. Ela será liberal. A afirmação é do ministro da Administração, Aluizio Alves, também constituinte em 46, ao analisar a primeira fase da Assembleia que apresentou um esboço de Carta Magna de centro-direita.

Ele disse que muita gente pensava que seria uma constituição da esquerda, pelo fato de a esquerda ter dominado praticamente todos os cargos de relatores. "Eu sempre achei que na Constituinte, a direita e a esquerda representariam no máximo 30 por cento, e os restantes 70 por cento o grupo de centro democrático. Daqui até o final conforme a composição de uma comissão, prevalece uma posição da direita ou prevalece uma posição da esquerda, mas no final, quando chegar na Comissão de Sistematização, na redação final e no plenário com a discussão das matérias, polêmicas, na minha opinião, prevalecerá uma orientação liberal, centrada-democrática".

Aluizio Alves lembrou que em 46 foi menor o conflito, porque a posição liberal era representada pela UDN, a posição de esquerda pelo Partido Comunista, que tinha uma pequena representação, e a grande posição majoritária era conservadora do PSD. Mas, acrescentou, numa aliança transitória do PTB com a UDN foi possível arrancar do PSD algumas conquistas, de tal modo que no final, graças à competência dos líderes, terminou uma Constituição extremamente vinculada aos princípios liberais democráticos. Apesar de serem agora mais evidentes os conflitos ideológicos, o ministro acha que a situação poderá ser repetida.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Conservador não debate o anteprojeto de Bisol

O relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Paulo Bisol, apresentou ontem, em entrevista coletiva, o anteprojeto que elaborou com base nos trabalhos das três subcomissões da comissão, nas emendas apresentadas por constituintes e em ideias próprias. Praticamente não houve surpresas, uma vez que o trabalho de Bisol é quase uma repetição do resumo que ele havia apresentado no início da semana aos membros da comissão. Ao contrário do que aconteceu naquele dia, no entanto, os conservadores, que são maioria na comissão, não compareceram à coletiva e Bisol não ouviu críticas, apenas aplausos.

— Quem votar contra o anteprojeto vai escrever na história constitucional brasileira o seu nome como inimigo do povo —, avisou Bisol. O comentário, embora não afirmasse, tinha endereço certo: os conservadores da comissão que, assustados com o trabalho do relator, estão se mobilizando para modificá-lo ou rejeitá-lo. Bisol é categórico: concorda em modificar alguns pontos, mas não a integral do trabalho. "Eu ouço falar em organização de grupos, mas suponho que esses movimentos estejam relacionados com pequenos dispositivos, e não com o projeto em si, como um todo" avaliou.

No anteprojeto do relator, que poderá receber emendas na próxima semana, está garantido o direito à vida. Para Bisol, entretanto, os direitos, juridicamente falando, existem a partir do nascimento da pessoa. Assim, o texto final do trabalho garante a vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu ou a recebeu, como responsabilidade da mulher, comportando expectativa de direitos e sendo protegida por lei. Em outras palavras, o relator acatou a proposta de parte da comissão e não incluiu a criminalização do aborto no texto constitucional. A redação que deu ao artigo de Bisol não impede nem libera a prática. Apenas deixa a cargo da legislação ordinária uma definição.

José Paulo Bisol relacionou as penas que poderão ser aplicadas no Brasil e entre elas não incluiu a pena de morte. Em contrapartida, criou a pena de privação da liberdade, deixando também a cargo da legislação ordinária a adação ou não da pena de prisão perpétua. Entre outras inovações, Bisol manteve o voto destituinte, proposto para cassar o mandato de parlamentares que percam a confiança do povo, e previu anistia ampla, geral e irrevogável para punidos por motivação política ainda não perdoados.

Outro artigo inovador diz respeito à erradicação da pobreza absoluta. "Nos estabelecemos um mecanismo segundo o qual há uma prioridade nas funções do Estado para a erradicação da pobreza absoluta. Esse mecanismo funciona no sentido de que o pobre pode entrar com uma ação por inconstitucionalidade de sua situação de pobreza. O Estado poderá alegar que não tem recursos financeiros, mas será obrigado a estabelecer um programa e as etapas de execução desse programa. A

cada etapa, cada brasileiro pobre terá o direito de entrar com ação de inconstitucionalidade pela não execução. Com isso, o povo poderá forçar o governo a realmente desenvolver um processo social de desenvolvimento", explicou Bisol.

No item referente ao direito de propriedade, mais inovações: o anteprojeto garante que bens de uso particular ou familiar não podem ser desapropriados e define que o não uso, o uso impróprio, o uso meramente especulativo e o uso inferior ao potencial dos bens que são meios de produção importam perda de propriedade em favor do Estado. Bisol coloca os crimes de tortura como inafiançáveis, sem direito a prescrição e a anistia e inova também no momento em que torna passíveis de julgamento os mandantes, os executores, os que poenoso evitar a tortura e não o fizeram e os que tomando conhecimento dela não comunicaram à autoridade competente.

TRIBUNAL E DEFENSORIA

Mas as inovações que o relator acredita serem as mais importantes em seu trabalho dizem respeito à criação do Tribunal de Garantias Constitucionais e de Defensorias do Povo. O tribunal garante a aplicação das normas constitucionais, mesmo que elas não tenham decretos ou atos complementares necessários a sua aplicação. As defensorias, a serem criadas em todos os municípios brasileiros, têm o objetivo de zelar pela efetiva submissão dos poderes do Estado e dos poderes sociais de relevância pública à Constituinte e às leis.

Nordeste, de novo, condenado ao futuro

JEOVA FRANKLIN

Nordeste luta desesperadamente, pela primeira vez na história tentando unir sua bancada parlamentar em bloco, para fugir da retórica e conseguir da Assembleia Nacional Constituinte a concretização da sempre gasta e nunca concretizada promessa de transformar a região — recordista mundial em índice de mortalidade infantil e de outras mazelas — em prioridade nacional. Mas, do jeito que as coisas vão, será mais uma luta inglória.

Uma pávida vitória foi conseguida na aprovação do anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira que nos dois primeiros artigos prevê a subordinação do orçamento do setor público ao planejamento de curto, médio e longo prazos e determina que a aplicação dos recursos da União deve obedecer ao critério da proporcionalidade direta à população e inversa à renda per capita. As regiões mais ricas ficaram com menos recursos em favor do desenvolvimento dos mais pobres.

De acordo com dados simulados por técnicos do Banco do Nordeste, com esse dispositivo o Nordeste ficaria com quase 32% dos recursos aplicados pelo setor público, inclusive empresas estatais. Ao Centro-Oeste caberiam cerca de 12% do orçamento da União e à região Norte, 19%. Os recursos restantes, mais de um terço, se destinariam às duas regiões mais ricas: Sul e Sudeste.

Aos olhos de alguns constituintes nordestinos e das regiões mais favorecidas tal distribuição significaria graves distorções. Tal ponto de vista foi exposto pelo presidente da

subcomissão, o deputado baiano João Alves, que em voto separado assinou também pelos constituintes Carrel Benévêdes (Amazonas) e Fábio Reunheiti (Rio de Janeiro) pela supressão dos dispositivos em favor das regiões economicamente mais deprimidas. Felizmente acabou prevalecendo o anteprojeto original proposto pelo relator José Luiz Maia (Piauí).

Mas vencida essa batalha, as esperanças em favor do Nordeste se tornam mais frágeis. Na Comissão Temática, onde está sendo apreciado o anteprojeto da subcomissão, não se vê nenhuma luz no fim do túnel. Tanto o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Francisco Dornelles (Rio de Janeiro), como o relator José Serra (São Paulo) já se declararam frontalmente contra o tratamento prioritário às regiões menos favorecidas.

Na composição da Comissão do Sistema Tributário, entre os titulares, o Nordeste participa com 24 nomes. Estes, se agissem e votassem em bloco em favor dos interesses maiores de sua região, poderiam buscar o apoio dos cinco representantes da região Norte e dos três parlamentares do Centro-Oeste para formar maioria absoluta e talvez resistir à pressão dos constituintes que representam os interesses das regiões mais privilegiadas do País.

Mas como parece otimismo exagerado esperar a união dos mais pobres, tudo indica que o Nordeste mais uma vez se vê condenado à retórica e ao futuro, procurando se segurar na esperança de uma outra nova Assembleia Constituinte, talvez ainda neste século...

Comissão de Organização do Estado

Eleição no DF depende do mandato

O brasileiro terá que esperar, desde já, uma definição sobre o mandato do presidente Sarney e de seus sucessores para saber quando escolherá, pelo voto direto, o seu governador distrital.

Isso porque, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 21 do senador José Richa, relator da Comissão da Organização do Estado, "a eleição do governador distrital e dos deputados distritais coincidirá com a do presidente e vice-presidente da República, para mandato de igual duração, na forma da lei".

PROPOSTAS

O senador José Richa encaminhou seu substitutivo aos 63 membros da comissão através de ofício, pois viajou quinta-feira às 13h, para o Rio de Janeiro. Aproveitou quase a totalidade do anteprojeto do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), relator da Subcomissão dos Municípios e Regiões; não acolheu a criação dos seis novos estados e a transformação em estados dos territórios de Roraima e Amapá, propostos pelo deputado Siqueira Campos (PDC-GO), relator da Subcomissão dos Estados; e não alterou "substancialmente nada" do texto do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

Ele conseguiu sintetizar os 76 artigos dos três anteprojetos elaborando um texto de 25 artigos, mais quatro em disposições transitórias e oito em anexo, para serem analisados pela Comissão de Sistematização. Das 557 emendas recebidas, o relator José Richa acolheu plenamente 72, parcialmente, 170 e não acolheu 314.